

Rodrigo Pironti
Coordenador

Prefácio
Marcelo M. Bertoldi

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Estudos sobre um novo cenário
de Governança Corporativa

Belo Horizonte

FÒRUM

2020

© 2020 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalhe	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Hávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

L525 Lei Geral de Proteção de Dados : estudos sobre um novo cenário de Governança Corporativa / coordenado por Rodrigo Pironti. Belo Horizonte : Fórum, 2020.

254 p. : 14,5cm x 21,5cm.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5518-043-5

1. Direito empresarial. 2. Direito privado. 3. Direito público. 4. Direito administrativo. I. Pironti, Rodrigo. II. Título

2020-1518

CDD: 342
CDU: 342

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PIRONTI, Rodrigo (Coord.). *Lei Geral de Proteção de Dados: estudos sobre um novo cenário de Governança Corporativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 254 p. ISBN 978-65-5518-043-5.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Marcelo M. Bertoldi	15
----------------------------------	----

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NA EXPERIÊNCIA EUROPEIA

Luciano Ferraz, Thiago Ferreira Almeida	17
1 Considerações introdutórias	17
2 LGPD na União Europeia	18
3 À guisa de conclusão	22
Referências	23

A INSEGURANÇA JURÍDICA SOBRE O INÍCIO DE VIGÊNCIA DA LGPD: OS REFLEXOS DE UMA ESQUIZOFRENIA NORMATIVA

Rodrigo Pironti	27
------------------------------	----

INVESTIGAÇÕES CORPORATIVAS À LUZ DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Ana Maria Silveira Sasso Gomes, Eduardo Moura, Marcos Mafra	37
1 Introdução.....	37
2 As investigações corporativas no âmbito da <i>General Data Protection Regulation (GDPR)</i>	38
3 A necessidade de adequação das investigações corporativas segundo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).....	42
4 Recomendações na forma de coletar e tratar dados durante o processo de investigação interna.....	44
5 Requisitos impostos pela Lei Geral de Proteção de Dados no processo de investigação de dados	46
6 Considerações finais.....	50

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E “DUE DILIGENCE” DE INTEGRIDADE: APARENTE CONFLITO OU EFETIVA APLICAÇÃO?

Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha	51
Introdução.....	51

1	A tutela internacional e interna de direitos humanos e fundamentais decorrentes de dados pessoais	52
2	A corrupção como agente lesivo de direitos humanos e fundamentais e a tutela proveniente de seu combate e prevenção	57
3	As diligências ou verificações apropriadas (<i>due diligence</i>) como requisito de efetividade do programa de <i>compliance</i> e integridade	60
4	Aparente conflito entre a LGPD e <i>due diligence</i> de integridade e alternativas para a conformidade	65
	Conclusão	68
	Referências	69

PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE

Éryta Dallette Fernandes Karl	73
I Comprometimento do agente de tratamento de dados	74
II Integração do programa à estrutura geral de governança	75
III Aplicabilidade do programa a todo o conjunto de dados pessoais sob controle da organização	76
IV Adaptação do programa à estrutura, escala, volume e sensibilidade dos dados tratados	77
V Estruturação de políticas e salvaguardas adequadas	77
VI Avaliação sistemática e periódica de impactos e riscos à privacidade	79
VII Mecanismos de supervisão internos e externos	79
VIII Existência de planos de resposta a incidentes e planos de remediação	80
IX Transparência com o titular dos dados	80
X Monitoramento contínuo e atualização constante	81

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)

Ana Maria Silveira Sasso Gomes	83
---	----

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, ASPECTOS PENDENTES DE REGULAÇÃO E CULTURA DE PROTEÇÃO DE DADOS

Natália Brotto, Pedro Henrique Dalgallo Camargo	91
1 A Autoridade Nacional de Proteção de Dados	91
2 Aspectos pendentes de regulação pela ANPD e os princípios da LGPD	93
3 Aspectos pendentes e primeiros passos da ANPD	95

4	A ANPD e a figura do encarregado (<i>Data Protection Officer</i>).....	97
5	A necessária delimitação do legítimo interesse pela ANPD	98
6	A ANPD e os bancos de dados “antigos”	99
7	A ANPD e a cultura de proteção de dados.....	100
8	Conclusão.....	101
	Referências	102

RESPONSABILIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA LGPD

Francisco Zardo		105
1	Objeto de análise.....	105
2	A responsabilidade dos agentes de tratamento de dados.....	106
2.1	Pressupostos: conduta, dano e nexos.....	106
2.2	Responsabilidade subjetiva ou objetiva?.....	106
2.3	Solidariedade.....	107
2.4	Excludentes de responsabilidade.....	108
2.5	Aspectos processuais e a prescrição.....	109
3	As sanções administrativas aplicáveis aos agentes de tratamento de dados.....	110
3.1	A incidência do regime jurídico de Direito Administrativo Sancionador	110
3.2	A exigência de tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade (ou reprovabilidade).....	112
3.3	As sanções em espécie.....	114
3.4	O processo administrativo e a dosimetria das sanções.....	117
3.5	Vedação ao <i>bis in idem</i>	118
3.6	Prescrição	119
	Referências	119

SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DATA SCIENCE: COMO UTILIZAR NA IMPLANTAÇÃO DA LGPD

Felipe Guimarães		121
	Sistema de informação × tecnologia da informação.....	122
	Segurança da informação	123
1	Disponibilidade.....	123
2	Integridade	124
3	Confidencialidade.....	124
	Os conceitos de dado e informação.....	124
	Segurança e sigilo dos dados	126

Conclusão.....	129
OS PRINCIPAIS DESAFIOS DAS EQUIPES DE TI PARA SE ADEQUAREM À LGPD	
Christian Bachmann	131
Introdução.....	131
2 Bases legais.....	132
3 Ciclo de vida dos dados pessoais.....	134
3.1 Titular do dado	134
3.2 Coleta de dados.....	134
3.3 Processamento/armazenamento.....	135
3.4 Descarte.....	136
4 Mapeamento dos ativos de TI.....	136
5 Análise de riscos de TI.....	137
6 <i>Privacy by design</i>	139
7 Consentimento	140
8 Direito dos usuários	142
9 Incidente de segurança	143
10 Exceção	145
Referências.....	145
 <i>PRIVACY BY DESIGN E PRIVACY BY DEFAULT</i>	
Sandro Tomazele de Oliveira Lima	147
 IMPLANTAÇÃO DA LGPD NO SETOR PÚBLICO: GERENCIANDO RISCOS IMINENTES	
Walter Cunha, Bruno Affonso, Juliana Legentil	157
Introdução.....	157
2 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: impactos no setor público.....	158
3 Gerenciamento de riscos relacionados à LGPD no setor público.....	160
Considerações finais.....	164
Referências.....	164
 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	
Luciano Elias Reis, Rafael Knorr Lippmann	167
Introdução.....	167

2	Dados pessoais e a Administração Pública.....	168
3	A Administração Pública na LGPD	170
3.1	Princípio da finalidade e a “pertinência temática” no tratamento de dados pessoais.....	171
3.2	Controle humano sobre tomada de decisão automatizada	173
3.3	Inadequação das sanções legais às infrações praticadas pela Administração Pública.....	175
3.4	Sanções aos agentes públicos por violação aos dispositivos legais	176
	Conclusão.....	177
	Referências	177

FUNDAMENTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Mirela Miró Ziliotto, Felipe Greggio	179	
1	Introdução.....	179
2	Os fundamentos e princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	180
3	Princípios e responsabilidade do tratamento de dados pessoais pela Administração Pública.....	189
4	Conclusão.....	197
	Referências	198

A APLICAÇÃO DA LGPD NAS EMPRESAS ESTATAIS

Caroline Rodrigues da Silva	201	
1	Introdução.....	201
2	Contextualização.....	202
3	A LGPD e as estatais	210
3.1	Execução de atividades em regime de concorrência	210
3.2	Operacionalização de políticas públicas	211
3.3	LGPD e demais atuações das estatais	212
	Conclusão.....	214
	Referências	215

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO SISTEMA S: ASPECTOS RELEVANTES

Julietta Mendes Lopes Vareschini.....	217	
1	Do regime jurídico aplicável ao Sistema S	217

2	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: aplicabilidade ao Sistema S	220
3	Conclusão.....	230
	Referências	230

A FIGURA DO ENCARREGADO PELA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

	Diogo Silva Marzzoco	233
	Introdução.....	233
1	Quem é o encarregado e qual o perfil desejado?	234
2	Quem deve indicar um encarregado?.....	236
3	Atividades do encarregado	240
4	Responsabilização do encarregado	245
5	Conclusão.....	246
	SOBRE OS AUTORES.....	249